

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.456.906 - SP (2019/0053404-1)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
AGRAVANTE : **MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**
PROCURADOR : **BEATRICE CANHEDO DE ALMEIDA SERTORI E OUTRO(S) - SP237975**
AGRAVADO : **A G DE O (MENOR)**
REPR. POR : **A G**
REPR. POR : **G P A DE O J**
ADVOGADO : **FÁBIO FRANCO DE OLIVEIRA - SP149987**
INTERES. : **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PROCURADOR : **MARIA LUCIANA DE OLIVEIRA FACCHINA PODVAL E OUTRO(S) - SP103317**
INTERES. : **ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto pelo MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"MANDADO DE SEGURANÇA. MEDICAMENTO. CUSTEIO PELO PODER PÚBLICO.

Adriano DE CUPIS, no merecidamente clássico / *Diritti della Personalità*, lecionou que a tutela complementar da vida, da integridade física e da saúde reclama a garantia dos meios econômicos e financeiros idôneos a prover os cuidados necessários à preservação ou reintegração desses bens da personalidade, e observou que o Estado se obriga a assegurar o fornecimento desses meios para tornar possível a gratuidade da cura dos necessitados.

'O art. 196 da Constituição Federal estabelece como dever do Estado a prestação de assistência à saúde e garante o acesso universal e igualitário do cidadão aos serviços e ações para sua promoção, proteção e recuperação. O direito à saúde, como está assegurado na Carta, não deve sofrer embaraços impostos por autoridades administrativas, no sentido de reduzi-lo ou de dificultar o acesso a ele' (RE 226.835 - STF, j. 14-11-1999).

Não acolhimento da remessa obrigatória e da apelação da Municipalidade paulistana" (fl. 189e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora agravante alega ofensa aos artigos 7º, XI e XIII e 8º, da Lei 8.080/90 e 485, VI, do CPC/2015, argumentando que (a) "diante da regularização do

fornecimento do medicamento, o qual já foi inclusive entregue à impetrante, esgotou-se o objeto do presente do mandado de segurança, razão pela qual o processo deveria ter sido extinto sem julgamento de mérito" (fl. 224e); (b) "a pretensão posta em juízo refere-se à obtenção de fornecimento de medicamento de alto custo, fornecido pela secretaria ESTADUAL de saúde" (fl. 226e).

Sem contrarrazões, foi inadmitido o Recurso Especial, ensejando a interposição do presente Agravo.

O Ministério Público Federal, em parecer de fls. 273/278e, opina pelo não conhecimento do Agravo.

A irresignação não merece conhecimento.

Inicialmente, no que se refere à alegada falta de interesse de agir, o recorrente deixou de impugnar, especificamente, os fundamentos do acórdão recorrido, no sentido de que, "em que pese ao conjunto probatório corroborar a afirmação de que a menor impetrante já receberia o medicamento por meio do programa de dispensação gratuita de fármacos do Estado de São Paulo, afere-se que **houve uma interrupção nesse fornecimento, fato que ensejou o writ referencial**" e de que "a retomada na entrega do remédio em via administrativa não indica, ao contrário do afirmado nas razões recursórias, perda do interesse de agir, **assemelhando-se mais com o reconhecimento jurídico do pedido**" (fl. 192e). Assim, aplicável, ao caso, o óbice previsto na Súmula 283/STF.

Relativamente à alegada ilegitimidade passiva, o acórdão recorrido encontra-se em conformidade com a jurisprudência do STJ, no sentido de que o funcionamento do Sistema Único de Saúde é de responsabilidade solidária da União, do Estados e dos Municípios, conforme se verifica dos seguintes precedentes:

"ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS). RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERATIVOS. SÚMULA 83/STJ.

1. **A Saúde Pública consubstancia direito fundamental do homem e dever do Poder Público, expressão que abarca a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios, todos em conjunto.**

2. **O legislador pátrio instituiu um regime de responsabilidade solidária entre as pessoas políticas para o desempenho de atividades voltadas a assegurar o direito fundamental à saúde, que inclui o fornecimento gratuito de medicamentos e congêneres a pessoas desprovidas de recursos financeiros, para o tratamento de enfermidades. Incidência da Súmula 83/STJ.**

Agravo regimental improvido" (AgRg no AREsp 468.887/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 28/03/2014).

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIÇO ÚNICO DE SAÚDE - SUS FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERADOS. PRECEDENTES STJ. MEDICAÇÃO ESPECÍFICA. IRRELEVÂNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que "O funcionamento do Sistema Único de Saúde é de responsabilidade solidária da União, dos Estados e dos Municípios, de modo que qualquer um desses entes tem legitimidade ad causam para figurar no polo passivo de demanda que objetiva a garantia do acesso a medicamentos para tratamento de problema de saúde" (AgRg no REsp 1.291.883/PI, Segunda Turma, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJe 1º/7/2013).

2. O fato da medicação pleiteada ostentar natureza especial não constitui *distinguishing* capaz de vulnerar o entendimento consolidado desta Corte sobre o tema, notadamente porque o ente que, eventualmente, arcar com a sua entrega, poderá reclamar compensação do ente da Federação específica e legalmente responsável.

3. Agravo regimental não provido" (AgRg no AREsp 398.286/MG, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 13/02/2014).

Assim, deve prevalecer o entendimento firmado pelo acórdão recorrido, porquanto em consonância com a jurisprudência deste Tribunal.

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ademais, a controvérsia foi dirimida pelo Tribunal de origem, sob enfoque eminentemente constitucional, competindo ao Supremo Tribunal Federal eventual reforma do acórdão recorrido, sob pena de usurpação de competência inserta no art. 102 da Constituição Federal.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **b**, do RISTJ, **conheço** do Agravo para **negar provimento** ao Recurso Especial.

Superior Tribunal de Justiça

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, já que, conforme orientação fixada pela Súmula 105/STJ, não é admitida a condenação ao pagamento de honorários advocatícios em Mandado de Segurança.

I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora